



GOVERNADOR
Luiz Fernando de Souza

VICE-GOVERNADOR
Francisco Dornelles

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Alberto Messias Mofati (Interino)

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Afonso Henriques Monnerat Alves da Cruz

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Gustavo de Oliveira Barbosa

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
José Iran Peixoto Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
Antonio Roberto Cesário de Sá

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Eirir Ribeiro Costa Filho

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Luiz Antonio de Souza Teixeira Junior

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
Roberto Robadey Costa Junior

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Wagner Granja Victor

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Gabriell Carvalho Neves Franço dos Santos (Interino)

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
Rodrigo Goulart de Oliveira Vieira

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Antônio Ferreira Hora (Interino)

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA
E ABASTECIMENTO
Jair de Siqueira Bittencourt Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
Milton Rattes de Aguiar

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Leandro Sampaio Monteiro (Interino)

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
Thiago Pampolha Gonçalves

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
Nilo Sergio Alves Felix

SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS
PARA MULHERES E IDOSOS
Átila Alexandre Nunes Pereira

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Claudio Roberto Pieruccetti Marques (Interino)

PORTAL DO CIDADÃO - GOVERNO DO ESTADO
www.governo.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo.....	2
Gabinete do Governador.....	6
Governadoria do Estado.....	6
Gabinete do Vice-Governador.....	6
ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)	
Casa Civil e Desenvolvimento Econômico.....	8
Governo.....	8
Fazenda e Planejamento.....	9
Obras.....	13
Segurança.....	13
Administração Penitenciária.....	16
Saúde.....	16
Defesa Civil.....	18
Educação.....	18
Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social.....	22
Transportes.....	23
Ambiente.....	23
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.....	24
Trabalho e Renda.....	24
Cultura.....	25
Esporte, Lazer e Juventude.....	25
Turismo.....	25
Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos.....	25
Procuradoria Geral do Estado.....	25
AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO.....	27
REPARTIÇÕES FEDERAIS.....	27

AVISO: O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
Parte I - Poder Executivo (com o Caderno de Notícias),
Parte I-JC — Junta Comercial,
Parte I (DPGE) — Defensoria Pública Geral do Estado,
Parte I-A — Ministério Público,
Parte I-B — Tribunal de Contas e
Parte IV - Municipalidades
circulam hoje em um só caderno

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 7805 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ALTERA A LEI Nº 5.645, DE 06 DE JANEIRO
DE 2010, PARA INSTITUIR, NO CALENDÁRIO
OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
O DIA ESTADUAL DA PREMATURIDADE, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída, no Anexo da Lei nº 5.645, de 06 de janeiro
de 2010, que consolida a legislação relativa às datas comemorativas
e o Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o "Dia Estadual
da Prematuridade", a ser realizado, anualmente, na data de 17 de no-
vembro, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O Anexo da Lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, passa a
vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO

CALENDÁRIO DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO:

(...)
NOVEMBRO
(...)
17 - DIA ESTADUAL DA PREMATURIDADE.
(...)"

Art. 3º - Nesta data, e na semana em que acontece, poderão ser de-
senvolvidas ações de modo integrado entre os Poderes Executivo, Le-
gislativo e Judiciário, entidades e instituições da sociedade civil orga-
nizada, como forma de contribuir para o problema da prematuridade,
incluindo, dentre outras ações:

I - iluminação de prédios públicos com luzes de cor roxa;

II - promoção de palestras e atividades educativas;

III - veiculação de campanhas de mídia;

IV - realização de eventos

Art. 4º - Esta Lei poderá ser regulamentada.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2017

LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Governador

Projeto de Lei nº 1933-A/16

Autoria do Deputado: Wagner Montes

Id: 2075362

LEI Nº 7806 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO, SOBRE O FUNCIONAMENTO
DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE
DE VETORES E PRAGAS URBANAS, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, através da presente Lei, regulamentada, no âmbito do
Estado do Rio de Janeiro, a aprovação das questões técnicas para o
devido funcionamento de empresas especializadas na prestação de
serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

Art. 2º - Esta Lei estabelece diretrizes para o funcionamento das em-
presas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e
pragas urbanas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, visando ao
cumprimento das boas práticas operacionais, a fim de garantir a qua-
lidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio
ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos
saneantes desinfestantes.

§1º - A empresa especializada no Controle de Pragas e Vetores es-
tará autorizada a realizar serviços, no âmbito do Estado do Rio de
Janeiro, após estar devidamente licenciada junto ao Instituto Estadual
do Ambiente - INEA.

§2º - O serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente po-
de ser efetuado por empresa especializada portadora de licença pre-
vista no parágrafo anterior.

Art. 3º - Esta Lei se aplica às empresas especializadas na prestação
de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, no diversos am-
bientes, tais como: indústrias em geral, instalações de produção, im-
portação, exportação, manipulação, armazenagem, transporte, fracio-
namento, embalagem, distribuição, comercialização de alimentos, pro-
dutos farmacêuticos, produtos para saúde, perfumes, produtos para hi-
giene e cosméticos para a saúde humana e animal, fornecedores de
matéria-prima, áreas hospitalares, clínicas, clubes, "shopping centers",
residências e condomínios residenciais e comerciais, lojas, lanchone-
tes, bares, restaurantes veículos de transporte coletivo, táxis, aere-
naves, embarcações, aeroportos, portos, instalações aduaneiras e portos
secos, locais de entretenimento e órgãos públicos e privados, cons-
trução civil, instituições de ensino, entre outros.

Art. 4º - Fica determinado que toda construção nova ou obras rea-
lizadas por empresas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, de-
verão contratar empresas credenciadas e licenciadas pelo INEA, para
realizar o cinturão químico contra cupins, desde que a tecnologia e
produtos utilizados sejam eficientes e credenciados pelo órgão com-
petente.

Parágrafo Único - A empresa prestadora do serviço será responsável
pela garantia da imunização contra cupins subterrâneos pelo prazo de
dois anos, contados da data da realização do serviço.

Art. 5º - Os estabelecimentos citados no Art. 3º desta Lei serão obri-
gados a providenciar a realização dos serviços de desinsetização e
desratização, conforme proposto pelas normas vigentes da Agência
Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art. 6º - Para efeitos desta lei, serão adotadas as seguintes defini-
ções:

I - Boas Práticas Operacionais: procedimentos que devem ser ado-
tados pelas empresas especializadas, a fim de garantir a qualidade
e segurança do serviço prestado e minimizarem o impacto ao meio
ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos sanean-
tes desinfestantes;

II - Controle de vetores e pragas urbanas: conjunto de ações preven-
tivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com pe-
riodicidade minimamente mensal, visando a impedir, de modo integro,
que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no am-
biente;

III - Empresa Especializada: pessoa jurídica devidamente constituída,
licenciada junto ao INEA e com registro no Conselho Profissional afe-
to à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar ser-
viços de controle de vetores e pragas urbanas;

IV - Equipamento de Proteção Individual (EPI): todo dispositivo de uso
individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a preser-
var a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador;

V - Licença ambiental ou termo equivalente: documento, o qual licen-
cia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de ser-
viços de controle de vetores e pragas urbanas, que é expedida pelo
INEA;

VI - Pragas urbanas: animais que infestam ambientes urbanos, poden-
do causar agravos à saúde, prejuízos econômicos, ou ambos;

VII - Procedimento Operacional Padronizado (POP): procedimento elab-
orado de forma objetiva pela empresa especializada, que estabelece
instruções seqüenciais para a realização de operações rotineiras e es-
pecíficas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas ur-
banas;

VIII - Produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas
especializadas: formulações prontas para o uso, ou concentradas para
posterior diluição ou outras manipulações autorizadas, em local ade-
quado e por pessoal capacitado da empresa especializada, imediata-
mente antes de serem utilizadas para aplicação;

IX - Responsável técnico: profissional de nível superior com treina-
mento específico e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) na
área de sua responsabilidade técnica, devidamente habilitado pelo
respectivo conselho profissional, que é responsável diretamente pelo
treinamento dos operadores; aquisição de produtos saneantes desin-
festantes e equipamentos; orientação da forma correta de aplicação
dos produtos no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de ve-
tores e pragas urbanas; e por possíveis danos que possam vir a ocor-
rer à saúde e ao ambiente;

XI - Saneantes desinfestantes: produtos registrados na ANVISA, des-
tinados à desinfestação de ambientes urbanos, sejam eles residen-
ciais, coletivos, públicos ou privados, que matam, inativam ou repelem
organismos indesejáveis no ambiente, sobre objetos, superfícies inani-
madas, ou em plantas, tais como. "inseticidas", "reguladores de
crescimento", "rodenticidas", "moluscicidas" e "repelentes";

XII - Vetores: artrópodes ou outros invertebrados, que podem trans-
mitir infecções, por meio de carreamento externo (transmissão passiva
ou mecânica) ou interno (transmissão biológica) de microrganismos.

Art. 7º - Na prestação de serviço de controle de vetores e pragas
urbanas, somente podem ser utilizados produtos saneantes desin-
festantes de venda restrita voltados para empresas especializadas, ou de
venda livres, devidamente registrados na ANVISA.

Art. 8º - A empresa especializada deverá ter um técnico devidamente
habilitado para o exercício das funções relativas às atividades perti-
nentes ao controle de vetores e pragas urbanas.

Parágrafo Único - Poderão exercer a função de Responsável Técnico
em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários,
químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que
possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos res-
pectivos Conselhos de representação profissional.

Art. 9º - A empresa especializada deve possuir registro junto ao Con-
selho profissional do seu responsável técnico.

Art. 10 - As instalações das empresas especializadas serão de uso
exclusivo para tal, sendo vedada a instalação do estabelecimento ope-
racional em prédio ou edificação de uso coletivo, seja comercial ou
residencial, e em áreas adjacentes a residências ou locais de alimen-
tação, creches, escolas e hospitais, atendendo às legislações relativas
à saúde, segurança, ao ambiente e ao uso e ocupação do solo ur-
bano.

Art. 11 - As instalações operacionais devem dispor de áreas espe-
cíficas e adequadas para armazenamento, diluição ou outras manipu-
lações autorizadas para saneantes desinfestantes e vestíário para os
aplicadores, com chuveiro e local para higienização dos equipamentos
de proteção individual - EPI.

Art. 12 - A licença do INEA deverá ser afixada em local visível ao
público da empresa credenciada, a qual deverá possuir letreiro ou ma-
terial similar em sua fachada, indicando seu nome de fantasia, a ati-
vidade e o número da licença do INEA.

Art. 13 - Todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações
autorizadas para produtos saneantes desinfestantes, da técnica de
aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transpor-
te, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacio-
nais, devem estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos
Operacionais Padronizados (POP), inclusive com informações sobre o
que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saú-
de, biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação
vigente.

Art. 14 - Os veículos para transporte dos produtos saneantes desin-
festantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que
os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade
de controle de vetores e pragas urbanas e ainda, estar de acordo
com regulamentos específicos do INEA.

Parágrafo Único - O transporte dos produtos e equipamentos não po-
de ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, in-
dependentemente de quantidade, distâncias ou formulações.

Art. 15 - A empresa especializada deve retornar as embalagens va-
zias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para
inutilização e descarte.

Art. 16 - O destino final das embalagens dos produtos saneantes de-
sinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de respon-
sabilidade do seu respectivo distribuidor/fabricante/importador.

Art. 17 - A empresa especializada fica obrigada a devolver as em-
balagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos res-
pectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou
em postos ou centrais de recebimentos por eles conveniados e pre-
viamente licenciados pelo órgão estadual competente.

§1º - Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo des-
tino final passa a ser da empresa especializada, que deve guardar os
comprovantes da referida destinação.

§2º - O estabelecimento que as receber deve fornecer, à empresa es-
pecializada, documento comprobatório de recebimento das embalagens.

Art. 18 - As embalagens laváveis dos produtos saneantes desin-
festantes devem ser submetidas à tripla lavagem antes de sua devo-
lução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou
inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orien-
tação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.